Do CDS ao CDS-PP: o Partido do Centro Democrático Social e o seu papel na política portuguesa**

O objectivo deste artigo é passar em revista a história e desenvolvimento do Partido do Centro Democrático Social, que tem ficado geralmente em quarto lugar no sistema partidário português desde a sua fundação, em Julho de 1974, até 1995, quando se considerou preferível o estilo do Partido Popular (PP) ao do partido que se configurara como CDS-Partido Popular. Primeiro, examinar-se-á a actuação eleitoral em comparação com outros partidos, incluindo as suas forças e fraquezas regionais (secção 1). Far-se-á uma comparação com os militantes de outros partidos e a sua posição no espectro político (secção 2) antes de dissecarmos a sua história fase por fase. Durante as sete fases descritas serão analisadas mudanças de liderança, linha política, estratégia e tática em relação às mudanças de contexto político e resultados eleitorais (secção 3). Finalmente, serão apresentadas algumas conclusões, sugerindo razões para a inabilidade do CDS em afirmar-se como protagonista dominante no sistema partidário.

SECÇÃO 1

Os pormenores do relativo sucesso e fracasso do partido nas eleições legislativas nacionais estão assinalados no quadro n.º 1, onde os resultados do pequeno PDC (Partido da Democracia Cristã), direitista, foram acrescentados aos dos partidos principais por causa da sua relevância potencial em

* Universidade de Birmingham, Reino Unido.

** Traduzido da língua inglesa por Ana Barradas.

Resultados dos principais partidos e do PDC nas eleições para a Assembleia da República, 1975-1995

Votos e percentagem de votos

[QUADRO N.º 1]

Ano	Percentagem de votos	PCP e aliados	MDP	PS e aliados	PRD	PPD/PSD e aliados	AD	CDS**	PDC
1975	91,7	711 935 [12,5%]	236 318 [4,1%]	2 162 972 [37,9 %]	-	1 507 282 [26,4%]	-	434 879 [7,6%]	proibido
1976	85,6	786 701 [14,4%]	-	1 911 769 [34,9%]	-	1 336 697 [24,4%]	-	877 494 [16,0%]	29 873 [0,5%]
1979*	87,1	1 129 322 [18,8%]	-	1 642 136 [27,3%]	-	141 227 [2,4%]	2 554 458 [42,5%]	23 523 [0,4%]	72 514 [1,2%]
1980*	83,9	1 009 505 [16,8%]	-	1 673 279 [27,8%]	-	147 644 [2,5%]	2 706 667 [44,9%]	13 765 [0,2%]	23 819 [0,4%]
1983	77,8	1 031 609 [18,1%]	-	2 061 309 [36,1%]	-	1 554 804 [27,2%]	-	716 705 [12,6%]	39 180 [0,7%]
1985	74,2	898 281 [15,5%]	-	1 204 311 [20,8%]	1 038 893 [17,9%]	1 752 288 [29,9%]	-	577 580 [10,0%]	41 831 [0,7%]
1987	71,6	689 137 [12,1%]	-	1 262 506 [22,2%]	278 561 [4,9%]	2 850 784 [50,2%]	-	251 987 [4,4%]	31 667 [0,6%]
1991	68,2	501 840 [8,8%]	-	1 659 881 [29,3%]	34 683 [0,6%]	2 861 430 [50,4%]	-	248 784 [4,4%]	-
1995	66,3	506 157 [8,6%]	-	2 583 755 [43,8%]	-	2 014 589 [34,18]	-	534 470 [9,1%]	-

* Em 1979 e 1980, a votação no PSD e CDS foi dos Açores e Madeira, onde não havia nenhuma coligação AD. Em 1980, o PDC estava em coligação com o MIRN/PDP e FN.

** CDS-PP em 1995.

relação à actuação do CDS. Em termos gerais, pode verificar-se que o partido teve primeiro um ascenso, em 1976, e entrou em declínio depois da sua experiência de coligação com o PSD (Partido Social-Democrata) e o PPM (Partido Popular Monárquico), em 1979-1983. Nas eleições de 1995 registou alguma recuperação, embora a votação no CDS-PP ainda estivesse abaixo da de 1985.

O quadro n.º 2 mostra a actuação do CDS entre os partidos bem sucedidos nas eleições em Portugal para o Parlamento Europeu. É de assinalar que o partido tem um melhor resultado do que nas eleições legislativas do período de 1987-1991, com uma quota-parte da votação bastante consistente apesar da descida nos resultados do acto eleitoral de 1987, realizado no mesmo dia da votação para a Assembleia da República. É talvez tentador ver este nível de apoio eleitoral como «natural», visto que não havia nenhuma necessidade notória de um voto útil nas eleições europeias.

Resultados das eleições para o Parlamento Europeu, 1987-1994

Votação, percentagens e mandatos de partidos bem colocados

[QUADRO N.º 2]

Ano	Percentagem de votos	PCP e aliados	PS	PRD	PSD	CDS-PPE*/CDS-PP
1987	72,6	645 814 [11,5%] (3)	1 261 909 [22,5%] (6)	248 895 [4,4%] (1)	2 102 321 [37,4%] (10)	865 907 [15,4%] (4)
1989	51,2	597 404 [14,4%] (4)	1 183 415 [28,5%] (8)	—	1 356 889 [32,7%] (9)	586 337 [14,1%] (3)
1994	35,6	339 264 [11,2%] (3)	1 052 004 [34,8%] (10)	—	1 039 262 [34,4%] (9)	

* PPE = Partido Popular Europeu.

O quadro n.º 3 regista a votação no CDS nas eleições locais, juntamente com o número de presidências municipais ganhas, todas a norte do Tejo.

O quadro n.º 4, baseado em cálculos por região pelo professor Joaquim Aguiar, dá mais substância à observação do facto de o CDS ser um partido nortenho. O declínio da votação no CDS nas últimas duas eleições legislativas, comparado com 1975, tem sido mais marcado nas zonas que designámos por regiões 2 e 3 (Área Metropolitana do Porto e Litoral Norte). Estão incluídas as percentagens para o PPD, o seu principal rival no voto não socialista, para efeitos comparativos.

Resultados dos principais partidos para as eleições autárquicas, 1976-1993
Percentagens de votos e presidências de câmaras

[QUADRO N.º 3]

Ano	Percentagem de votos	PCP e aliados	PS	PRD	PSD	AD	CDS
1976	64,6	17,7 (37)	33,2 (115)	-	24,3 (115)	-	16,6 (36)
1979	73,8	20,5 (50)	27,7 (60)	-	14,7 (144)	25,5	6,9 (50)
1982	71,3	20,7 (55)	31,8 (83)	-	14,6 (124)	19,6	7,5 (41)
1985	63,9	19,6 (47)	27,4 (79)	4,7 (3)	34,0 (149)	-	9,7 (27)
1989	60,8	14,1 (50)	36,6 (120)	0,8	37,3 (114)	-	10,5 (20)
1993	63,4	13,8 (49)	39,0 (127)	-	33,7 (116)	-	8,5 (13)

Variação regional na votação do PPD e CDS
a partir da distribuição nacional de eleitores em 1975

[QUADRO N.º 4]

	R-1	R-2	R-3	R-4	R-5	R-6	R-7	R-8	R-9
Percentagem de eleitores PPD	12,6	11,0	21,8	20,6	1,9	19,4	1,8	5,7	5,2
Percentagem de eleitores CDS	14,6	11,9	28,6	14,1	1,6	22,7	2,5	1,2	2,9
Percentagem de todos os eleitores	26,8	11,1	15,1	18,5	3,6	13,3	6,9	2,5	2,2

R-1 = Área Metropolitana de Lisboa; R-2 = Área Metropolitana do Porto; R-3 = Litoral Norte; R-4 = Litoral Centro; R-5 = Algarve; R-6 = Norte Interior e Centro; R-7 = Alentejo; R-8 = Açores; R-9 = Madeira.

Fonte: Joaquim Aguiar, «Partidos, eleições, dinâmica política (1975-1991)», in *Análise Social*, xxix (1994), quadros n.º 3 e 4.

Uma indicação adicional de força regional é dada pelos círculos pelos quais foram eleitos deputados do CDS à Assembleia da República, como pode ver-se no quadro n.º 5.

SECÇÃO 2

São difíceis de interpretar os dados sobre membros de partidos em Portugal, mesmo que os aceitemos como fiáveis. O CDS não é excepção à regra e os números variam. Fontes do partido apontam para um número total de membros, incluindo a Juventude Centrista (JC), as Mulheres Centristas (MC)

Deputados do CDS por círculo eleitoral, 1975-1995

[QUADRO N.º 5]

Ano	1975	1976	AD		1983	1985	1987	1991	1995
			1979	1980					
Aveiro	2	4	-	-	2	2	-	1	2
Beja	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Braga	3	4	-	-	3	2	1	1	1
Bragança	-	2	-	-	1	1	-	-	-
Castelo Branco	-	2	-	-	1	-	-	-	-
Coimbra	-	1	-	-	1	1	-	-	-
Évora	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Faro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Guarda	1	2	-	-	1	1	-	-	-
Leiria	1	2	-	-	2	1	-	-	-
Lisboa	3	8	-	-	7	4	2	2	5
Porto	3	6	-	-	5	4	1	1	3
Portalegre	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santarém	-	2	-	-	1	1	-	-	1
Setúbal	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Viana do Castelo	1	2	-	-	1	1	-	-	-
Vila Real	-	1	-	-	1	1	-	-	-
Viseu	2	4	-	-	2	2	-	-	1
Açores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Madeira	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Europa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fora da Europa	-	1	-	-	1	1	-	-	-
<i>Total CDS</i>	16	42	43	46	30	22	4	5	15
<i>Total Assembleia da República</i>	250	263	250	250	250	250	250	230	230

e a pequena Federação dos Trabalhadores Democratas-Cristãos (FTDC), que actua na UGT, de cerca de 30 000¹ em 1983, enquanto em 1992 eram declarados 45 000 (incluindo 18 000 na JC)². Estes números redondos eram diferentes de outros números que atribuíam ao CDS 6732 membros em 1980, 15 479 em 1982, 20 789 em 1984, 24 841 em 1986, 25 696 em 1988, 26 801 em 1991, 27 092 em Maio, mas 23 856 em Outubro, de 1992.

Em comparação, o PSD, com registos cuidadosamente informatizados, tinha 32 687 membros em 1979, subindo para 89 899 em 1986 e 143 075 em Maio de 1992. O PS afirmava ter 91 526 membros em 1976, mas 46 655 em 1986, subindo para 70 000 em Maio de 1992. O PCP afirmava ter 115 000 membros em 1976, subindo para 200 753 (metade dos quais não pagavam

¹ Número sugerido ao autor por um representante do CDS em fins de 1983.

² *Expresso* de 13 de Junho de 1992.

quotas) em 1983 e descendo para 163 506 em 1994. A conclusão provável a retirar de dados tão incertos será que o CDS foi sempre o quarto partido em número de membros³.

Outros lugares-comuns aparentemente confirmados por uma investigação quantitativa limitada em 1981 foram que o CDS era, dos quatro partidos principais, o mais à direita, conservador e católico. As respostas dos delegados aos congressos desse ano dos partidos MDP (sem o PCP), PS, PSD e CDS levaram-nos a estabelecer, numa escala esquerda-direita de 1 para 10, 2,5 para o MDP, 3,6 para o PS e, para a direita, uma média de 4,5/4,6, 5,1 para o PSD e 7,1 para o CDS. Onde menos representada estava a esquerda/progressista e mais a direita/conservadora e onde a norma do centro era zero, o CDS aparecia com + 1,0, comparado com + 0,8 para o PSD, - 0,6 para o PS e - 1,3 para o MDP⁴. Em termos sócio-ocupacionais, o perfil dos delegados do CDS era levemente superior ao dos do PSD, como pode ver-se pelo quadro n.º 6. Em termos religiosos, os quadros n.ºs 7 e 8 indicam uma maior religiosidade nas fileiras do CDS do que nas do PSD.

Comparação sócio-ocupacional dos delegados aos congressos do PS, PSD e CDS em 1981

Percentagens de composição por classe

[QUADRO N.º 6]

Classe	CDS	PSD	PS
Classe média superior	42	39	18
Classe média	32	32	32
Classe média baixa	22	25	38
Classe baixa	4	4	12

Prática religiosa dos delegados aos congressos do PS, PSD e CDS em 1981

Percentagens

[QUADRO N.º 7]

Classe	CDS	PSD	PS
Católicos praticantes	66,9	46,7	17,4
Católicos não praticantes	29,7	45,4	56,7
Outras religiões	1,4	1,1	1,9
Sem religião	2,0	6,8	24,0

³ Números de um artigo de Frederico Carvalho no *Expresso* de 4 de Julho de 1992, com excepção do CDS, em Outubro de 1992, e do PCP, em 1994, respectivamente no *Expresso* de 31 de Outubro de 1992 e 17 de Outubro de 1994.

⁴ Maria José Stock *et al.*, *Os Partidos em Congresso* (Évora, s. d.), p. 143.

Intensidade de prática entre delegados católicos aos congressos do PS, PSD e CDS
em 1981
Percentagens

[QUADRO N.º 8]

Classe	CDS	PSD	PS
Prática regular	69,2	50,6	20,4
Prática ocasional	30,8	49,4	79,6

Fonte: Para os quadros n.ºs 5, 6 e 7, Maria José Stock *et al.*, *Os Partidos em Congresso* (Évora, s. d.), pp. 134, 100 e 106, respectivamente.

SECÇÃO 3

FUNDAÇÃO E LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA

Na fundação do CDS e na primeira década da sua existência foi crucial o papel de um homem. Diogo Freitas do Amaral nasceu numa família abastada ligada aos círculos dirigentes do Estado Novo: o pai foi secretário de Oliveira Salazar quando este era ministro das Finanças e deputado da UN (União Nacional) e da ANP (Acção Nacional Popular) na Assembleia Nacional de 1957 a 1974. Durante o mandato de primeiro-ministro de Marcello Caetano foi quem o substituiu na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Foi também procurador na Câmara Corporativa, mas recusou-se a ser deputado e a aderir à UN, à ANP ou à SEDES. Recusou o posto de ministro da Justiça em 1973 por não querer tornar-se um instrumento da repressão do governo sobre o aparelho judiciário. Foi, aparentemente, leal ao reformismo de Caetano, embora se distanciasse dos aspectos políticos do regime. Ganhou reputação como jornalista económico favorável a soluções neoliberais⁵.

Depois do 25 de Abril 1974 não foi ele quem tomou a iniciativa política, mas membros das forças armadas, que primeiro lhe pediram, em 4 Maio, que formasse um partido liberal. A sua recusa nesta fase pode ser vista, retrospectivamente, como causadora da perda de um grande apoio potencial ao CDS, visto que muitos elementos da rede da ANP se incorporaram logo no Partido Popular Democrático (PPD), fundado em 6 Maio por Sá Carneiro, que teve grande influência no primeiro governo provisório formado em 15 de Maio. Freitas do Amaral, no entanto, concordou em fazer parte do Conselho de Estado em 24 de Maio.

⁵ Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução: Memórias Políticas (1941-1975)*, 5.ª ed., Venda Nova, 1995, pp. 15-146

Poucos dias depois, o chefe da casa militar de Spínola, o coronel Almeida Bruno, pediu-lhe de novo que formasse um partido moderado, liberal, de centro-direita, o que, finalmente, se dispôs a fazer. Três dias depois de o episcopado ter tornado pública uma importante pastoral sobre a contribuição dos cristãos para a vida social e política, o CDS foi fundado em 19 de Julho de 1974 por Freitas do Amaral e pelo filho de um dos ministros de Salazar, Adelino Amaro da Costa, membro da Opus Dei⁶. Tornou-se imediatamente um dos principais candidatos a representar o movimento democrata-cristão internacional em Portugal, embora tivesse rivais, que não incluíam apenas o PDC (Partido da Democracia Cristã), mas também o PPD, que alguns democratas-cristãos europeus ainda esperavam, no Outono de 1974, recrutar como parceiro.

Como forma de identificação ideológica, o CDS anunciou ser um «partido centrista» desejoso de contribuir para «uma sociedade mais justa onde as pessoas possam ser tratadas em pé de igualdade, sem discriminações, nem privilégios». A favor do Estado-providência e da família, do desenvolvimento económico e de um Estado democrático forte, o programa do novo partido era «repassado, do princípio ao fim, por uma nítida inspiração cristã». Afirmava «o humanismo personalista», o credo de Emmanuel Mounier, como a filosofia básica que informava as actividades do partido, embora não chamasse a si o «monopólio da inspiração cristã»⁷. De facto, a expressão *democracia cristã* estava fora de moda no pontificado de Paulo VI, quando se defendia a pluralidade de opções que se abriam aos católicos. Alguns bispos aconselharam os fundadores do novo CDS a não incluírem a *democracia cristã* no seu nome. A sede, no Largo do Caldas, em Lisboa, foi, contudo, arrendada ao Patriarcado.

Dos pontos de vista dos militares e do PPD, a principal utilidade do CDS residia em cobrir o flanco direito do PPD, dando a esse partido uma aparência de mais centro-esquerda no espectro político de pendor esquerdista de 1974. Como Freitas do Amaral mais tarde afirmou, o CDS era um partido do centro que dizia sê-lo, ao passo que o PPD era um partido do centro que se dizia de esquerda⁸. Numa primeira fase da sua existência, a participação do seu líder no Conselho de Estado até à abolição deste, em Março de 1975, e a sua oposição à convocação da «maioria silenciosa» planeada para 28 de Setembro contribuíram para o CDS sobreviver, ao contrário de grupos direitistas, como o Partido do Progresso (MFP/PP) e o Partido Liberal. Afirmar-se como o partido democrata-cristão português em tudo menos no nome era mais difícil porque o PCSD (Partido Cristão Social Democrata) fora fundado

⁶ Id., *ibid.*, pp. 162-201.

⁷ Partido do Centro Democrático Social (CDS), programa, Vila Nova de Famalicão, 1975, pp. 3-6.

⁸ Entrevista a *O Jornal* de Günter Wallraff, «A descoberta de uma conspiração: a acção Spínola», Amadora, 1976, p. 204.

em 5 de Maio e elementos dissidentes tinham formado o PDC em 10 de Maio de 1974. Durante algum tempo o PDC e o CDS tiveram ambos estatuto de observadores na União Europeia Democrata Cristã (UEDC) e ambos aspiravam a ser membros de pleno direito.

Depois do 28 de Setembro foram ambos alvos dos militantes esquerdistas. As sedes do CDS foram atacadas em 4 Novembro de 1974, depois de a JC ter tentado fazer uma reunião, enquanto o cerco de quinze horas do 1.º Congresso do CDS (22-24 de Janeiro de 1975), no Palácio de Cristal, no Porto, que contou com a presença fraterna de delegados de partidos democratas-cristãos e dos conservadores ingleses, deu, ironicamente, novo realce à sua posição internacional e nacional⁹. A UEDC convenceu o CDS a fazer uma coligação com o libertário PDC, na altura dirigido pelo major Sanches Osório, ministro da Comunicação Social de Spínola para as eleições à Assembleia Constituinte sob a sigla UCDC (União do Centro e Democracia Cristã). Os líderes do CDS também receavam que a sigla PDC atraísse muitos votos de nortenhos católicos¹⁰. Esses planos eleitorais foram postos em causa pelo golpe fracassado de 11 Março, que levou à ilegalização do PDC e à destruição das sedes de ambos os partidos.

No ambiente da época, o CDS podia alegar que o voto útil e o assédio esquerdista eram responsáveis, pelo menos em parte, pelos seus 7,6% de votação em 25 de Abril de 1975. No entanto, as hipóteses do seu rival, o PDC, eram superiores e, depois do *lobbying* da UEDC por um ex-membro do PDC que o descreveu como nem cristão nem democrático, Nuno Kruz Abecasis¹¹, o CDS tornou-se membro de pleno direito desse grupo internacional em Junho de 1975. As relações precisas dos militantes de base do CDS no Norte com o MDLP, o ELP e o movimento «Maria da Fonte» são obscuras, mas, publicamente, a liderança do CDS opunha-se à violência¹². No entanto, houve membros das forças armadas que ofereceram armas aos membros do CDS quando, com o PS e PPD, se fizeram preparativos para transferir a Assembleia da República para o Porto antes do «25 de Novembro»¹³. Depois desse acontecimento, o CDS esperava entrar para o governo provisório, mas teve de se contentar com chamar a si o papel de «oposição no quadro da legitimidade».

DO «25 DE NOVEMBRO» À ALIANÇA DEMOCRÁTICA

Embora não estivesse no governo, o CDS era inteiramente aceite pelo PPD e pelo PS de Mário Soares como um competidor democrático e

⁹ Freitas do Amaral, *op. cit.*, pp. 287-305.

¹⁰ Id., *ibid.*, pp. 333-334.

¹¹ Entrevista no *Diário de Notícias* de 11 de Dezembro de 1983.

¹² Wallraff, *loc. cit.*

¹³ V. comentários sobre as memórias de Freitas do Amaral no *Expresso* de 3 de Junho de 1995.

constitucional. Os três partidos concordaram em apoiarem o general Eanes para a Presidência da República no Verão de 1976. O CDS, aliás, votou contra a Constituição em 2 de Abril de 1976, mas tinha subscrito em 26 de Fevereiro o segundo acordo MFA-partidos. Gozando de mais apoio, agora que podia fazer campanha mais livremente e as antipatias se viravam contra a esquerda, o CDS procurou tirar vantagem da sua oposição constitucional e tornou-se também o reduto eleitoral dos descontentes e dos que eram hostis ou tinham sido vítimas do anterior «processo revolucionário». Em particular, esperava captar os votos dos 650 000 retornados das colónias sob a alegação de que não tinha responsabilidades na «descolonização exemplar» que tanta angústia lhes causara.

Embora, em 25 de Abril de 1976, o CDS estivesse longe de ganhar, como previra demasiado optimisticamente o seu secretário-geral, Basílio Horta da França, suplantou a coligação comunista e teve a sua melhor actuação de sempre. O PDC, que vira um terço dos delegados ao seu terceiro congresso abandonar o ex-editor de *A Bola*, Silva Resende, em favor do CDS antes da eleição¹⁴, só obteve 0,5%. A partir daí, pouco mais foi do que um motivo de irritação para o CDS, embora prejudicasse a sua votação potencial em Viseu.

Se o CDS quisesse desenvolver-se, tinha de olhar para a sua esquerda e direita, na tentativa de ocupar o espaço político do «centro-direita» e conquistar a lealdade dos eleitorados católico e nortenho. A ameaça da direita provinha do possível crescimento do MIRN (Movimento Independente para a Reconstrução Nacional), uma entidade suprapartidária em embrião dirigida pelo general Kaúlza de Arriaga, salazarista recentemente libertado, que esperava captar os adeptos e talvez os líderes do PPD e CDS¹⁵. No 2.º Congresso do CDS (23-25 de Julho de 1976) a sua direcção resistiu com êxito aos namoros contra-revolucionários. Assim, o CDS desempenhou o papel de manter à distância e barrar o caminho aos elementos da direita autoritária, enquanto, como o PPD/PSD, e nos casos de Veiga Simão e Silva Pinto (último ministro das Corporações e Segurança Social de Caetano) o PS, proporcionou um canal através do qual elementos do anterior regime podiam integrar-se na nova ordem democrática.

A potencial expansão do CDS no espaço político à sua esquerda foi efectivamente impedida pela deslocação para a direita do carismático líder do PPD/PSD, Sá Carneiro, cuja estratégia de alto risco fez com que perdesse 21 dos seus 81 deputados em Dezembro de 1975 e 37 dos seus 73 deputados em 1978-1979, mas impediu a perda do apoio ao seu partido a favor da direita. Dada a confusão no PPD/PSD, Mário Soares, que era de opinião de

¹⁴ *A Capital* de 16 de Fevereiro de 1976.

¹⁵ Kaúlza de Arriaga, *No Caminho das Soluções do Futuro*, Lisboa, 1977, p. 85.

que a política de Sá Carneiro era mais abertamente direitista do que a do CDS, pediu a ajuda do CDS quando o seu governo minoritário caiu em Dezembro de 1977. Nos primeiros seis meses de 1978 o PS governou com a participação do CDS, que deteve algum poder, ocupando-se dos Ministérios do Comércio e Turismo (Basílio Horta, líder da Confederação da Indústria), dos Negócios Estrangeiros (Sá Machado) e da Reforma Administrativa (Rui Pena).

Este episódio aumentou por certo a respeitabilidade e credibilidade democráticas do CDS como potencial partido de governo, mas à custa de apreensão entre os militantes de base e da perda da simpatia das confederações de agricultores, industriais e retalhistas. A experiência foi interrompida e no seu 3.º Congresso (8-10 de Dezembro de 1978) o partido quis formar uma nova maioria com outros partidos não socialistas e incorporou na sua direcção o jovem direitista e economista liberal Francisco Lucas Pires. Nessa altura a juventude do partido e os seus grupos de mulheres eram já membros de organizações democratas-cristãs europeias e recebiam ajuda indirecta através do Instituto de Democracia e Liberdade (IDL) do Konrad-Adenauer-Stiftung. O CDS também se tornou membro fundador, com os conservadores ingleses, da União Democrática Europeia e tinha estatuto de observador no Partido Popular Europeu (PPE). Assim que Sá Carneiro se tornou senhor absoluto do PSD, com a queda do governo Mota Pinto em Junho de 1979, estava aberto o caminho para a conclusão, pelo PSD, pelo CDS e pelo PPM monárquico, de um acordo para a formação de uma Aliança Democrática para uma nova maioria (AD, 5 de Julho de 1979). Visto que se tornava evidente para os membros mais lúcidos do PDC, envolvido em disputas ridículas, que seriam excluídos de qualquer coligação de centro-direita, 84 dos seus 137 membros foram para o CDS, reforçando marginalmente a sua posição¹⁶.

A EXPERIÊNCIA DA AD, 1979-1983

As rivalidades locais entre os apoiantes do PSD e do CDS eram demasiado fortes para permitirem a coligação nos Açores e na Madeira, mas o CDS ganhou 43 mandatos, como parte integrante da AD no continente, nas eleições intercalares de 2 Dezembro de 1979 e, de novo integrado da AD, aumentou o seu número de lugares nos órgãos municipais em 16 Dezembro. Cinco dos quinze ministros do primeiro governo de Sá Carneiro eram do CDS: Freitas do Amaral (Negócios Estrangeiros e vice-primeiro-ministro), Amaro da Costa (Defesa), Basílio Horta (Comércio e Turismo), Assuntos Sociais (Morais Leitão), Habitação e Obras Públicas (João Lopes Porto).

¹⁶ *A Capital* de 25 de Junho e *Correio da Manhã* de 26 de Junho de 1979.

Para as eleições legislativas seguintes, em Outubro de 1980, o CDS negociou em termos mais favoráveis, sob a direcção de um coordenador geral da AD, Lucas Pires, e ganhou 46 lugares. A colecção heterogénea de ultradireitistas obteve só 0,4% da votação, uma vez que a AD reunia agora o voto útil da direita. Os planos para uma mudança rápida e avassaladora, dependentes da eleição do general Soares Carneiro, candidato da AD à Presidência da República, caíram por terra quando Eanes foi reeleito em 7 de Dezembro de 1980, mas três dias antes Sá Carneiro e Amaro da Costa, que muitos no CDS viram subsequentemente como principal dinamizador do partido, morreram num acidente de aviação.

Freitas do Amaral foi primeiro-ministro interino até ser substituído pelo novo líder do PSD, Pinto Balsemão, em 9 de Janeiro de 1981, deixando o Conselho Nacional do CDS, que preferia o conservador nortenho Eurico de Melo, e lamentando que os outros parceiros da coligação não tivessem sido devidamente consultados. Freitas do Amaral concentrou-se na reforma constitucional e na organização do partido, enquanto os cinco ministros do CDS no governo, formado por 17 homens, eram Basílio Horta (ministro de Estado assessorando o primeiro-ministro), o seu irmão Baião Horta (Indústria e Energia), Luís Azevedo Coutinho (Defesa), Morais Leitão (Finanças e Planeamento), Luís Barbosa (Habitação e Obras Públicas). Dadas as frustrações de tentar negociar a reforma constitucional com o presidente Eanes e o PS, que tiravam partido e vantagem da necessidade de uma maioria de dois terços, que a AD não tinha, a coligação tornou-se cada vez mais ingovernável, com cada parceiro tentando promover a sua posição à custa dos outros. Além disso, as tensões exacerbaram-se devido a confrontos de personalidade e diferenças sobre a linha política dentro dos partidos, como as que se verificaram entre Basílio Horta e a estrela em ascensão, Lucas Pires, que queria a institucionalização da AD numa nova base programática.

Em Setembro de 1981 Balsemão formou o seu último governo, contando com cinco ministros do CDS num total de 15: Freitas do Amaral (vice-primeiro-ministro e Defesa), Basílio Horta (Agricultura, Comércio e Pescas), Baião Horta (Indústria, Energia e Comércio Externo), Lucas Pires (Cultura), Luís Barbosa (Assuntos Sociais). A tensão e a turbulência continuaram. Os que criticavam o primeiro-ministro no PSD queixavam-se da hegemonia do CDS no governo, enquanto alguns membros do CDS pensavam em romper a coligação, convencidos de que herdariam muitos dos votos da AD devido à popularidade de Freitas do Amaral.

Freitas do Amaral manteve o seu partido na linha até à revisão da Constituição — que, para grande desapontamento seu, foi parcial — e até ser aprovada a sua Lei da Defesa Nacional, que afirmava a supremacia dos civis sobre as forças armadas. No entanto, a luta dentro da coligação pela obtenção de vantagens partidárias e pessoais estava a tornar-se rapidamente in-

controlável. Um ligeiro revés para a coligação (e também para o CDS) nas eleições locais levou Freitas do Amaral a forçar a demissão de Balsemão em 19 de Dezembro de 1982. Em 27 de Dezembro o PSD fez avançar como primeiro-ministro seguinte Vítor Crespo, que tivera choques com o CDS no governo. Dois dias depois, quando Eanes anunciou a sua oposição a Crespo, Freitas do Amaral, a pensar na eleição presidencial seguinte, pediu a demissão dos seus cargos no governo e no partido com estas palavras desafiadoras: «Chegou o momento em que o CDS é chamado a demonstrar que é um verdadeiro partido político — e não um mero conjunto de fidelidades pessoais em torno de determinado indivíduo¹⁷.»

LUCAS PIRES E O NACIONALISMO LIBERAL

Em 31 de Dezembro de 1982 Basílio Horta pediu a demissão como sucessor de Freitas do Amaral porque o Conselho Nacional do CDS tinha preferido às suas as opiniões de Lucas Pires sobre a estratégia do partido. Partido e governo estavam agora em total confusão. Lucas Pires, que ganhara estatura como um ministro da Cultura popular, era apoiado na sua candidatura para a direcção do partido no 5.º Congresso (19-20 de Fevereiro de 1983) por uma figura poderosa, venerada pelos militantes de base com ligações ao campo, Adriano Moreira. Regressara do Brasil em 1977 e aderira ao CDS em 1981, sinal de que não havia nenhuma base política sustentável à sua direita. No Congresso, Basílio Horta, que se afastara dos colegas «históricos» ao defender a liderança colegial em volta de Luís Barbosa, aliou-se a Lucas Pires e aos seus planos de «nacionalismo liberal». Como o patriarca fundador morrera, o posto de presidente do partido foi abolido. Lucas Pires ficou como líder e presidente da Comissão Política, Adriano Moreira presidente do Conselho Nacional, Vieira de Carvalho secretário-geral e Azevedo Soares (que em 1969 declarara ser a democracia impraticável no quadro da Europa meridional) presidente da Comissão Executiva¹⁸.

Entretanto, em 23 de Janeiro Eanes dissolvera a Assembleia da República. O pacto da AD expirou a 4 de Fevereiro e no fim do mês o PSD elegeu como seu líder Mota Pinto, um ex-dissidente conhecido por favorecer uma viragem à esquerda. O CDS, que se tornara excessivamente confiante durante o ano de 1982, descobriu então que o mais provável era vir a ser o bode expiatório eleitoral para as insuficiências do período da AD, em vez do seu beneficiário. Em 25 de Abril de 1983 o CDS viu a sua votação descer mais

¹⁷ Carta de demissão no *Expresso* de 31 de Dezembro de 1982.

¹⁸ *Expresso* de 31 de Dezembro de 1982 e de 26 de Fevereiro de 1983 e também *O Primeiro de Janeiro* de 17 e 23 de Fevereiro de 1983; Azevedo Soares cit. por *O Diário* de 30 de Março de 1981.

de 160 000 votos, em comparação com 1976. O PS, vitorioso, decidiu formar a coligação do «bloco central» com o PSD, deixando o CDS naquilo que designou por oposição construtiva.

Não tendo conseguido capitalizar a experiência da AD, o partido, sob a direcção de Lucas Pires, esperava recuperar o terreno perdido (e alargá-lo mais), assumindo-se como o principal grupo de centro-direita, enquanto o PSD era associado a Soares e ao PS por ter de aplicar duras e impopulares medidas económicas e sociais. A curto prazo, o objectivo era recuperar os eleitores que fariam voto útil e atrair a direita do PSD «para agregar todas as correntes democratas-cristãs, liberais e conservadoras, construindo a partir delas um partido popular do centro»¹⁹. O isco, enquanto a Constituição ainda continha compromissos com o colectivismo, era «um modelo de economia social de mercado, aberto e concorrencial, em que a iniciativa privada assume um papel determinante no desenvolvimento»²⁰.

A mais longo prazo, Lucas Pires queria dotar o partido de um programa «thatcherista-reaganista», na altura muito na moda. Esta viragem à direita neoliberal foi combatida dentro do CDS pelos freitistas, que classificaram a nova ideologia como a gémea materialista do marxismo, acusando-a de controlar as fundações apoiantes (IDL e Instituto Fontes Pereira de Melo) num momento em que o partido tinha falta de fundos. No 6.º Congresso (22-24 de Fevereiro de 1985) a liderança de Lucas Pires foi confirmada, mas Moreira escolheu três críticos da sua linha como vice-presidentes do Conselho Nacional. Pires apaziguou os tradicionalistas, rebaptizando o seu nacionalismo liberal de «conservadorismo popular» e aceitando as propostas freitistas para moções de estratégia e representação proporcional na eleição do congresso do partido para o Conselho Nacional e a Comissão Política²¹.

As possibilidades de a estratégia liberal-direitista vingar sofreram um golpe severo quando, em Maio de 1985, o PSD escolheu Cavaco Silva para seu líder e se preparou para romper com o «bloco central», ao mesmo tempo que a ascensão do recém-fundado Partido Renovador Democrático (PRD) sugeria que esta seria a opção preferida pelos eleitores contestatários. Aparentemente ajudado pelos \$100 000 do U. S. National Endowment for Democracy, através do Instituto Nacional Republicano para os Assuntos Internacionais, o CDS acentuou o seu neoliberalismo, num esforço para superar a nova liderança do PSD²². «Um programa para uma nova década», baseado nas opiniões dos jovens turcos do partido, o grupo de Ofir, referia-se a «um programa alternativo, coerente e global» para uma economia de mercado livre, com regulação

¹⁹ *Folha do CDS* de 30 de Junho e 14 de Julho de 1983.

²⁰ *O Globo* de 14 de Maio de 1984.

²¹ *Expresso* de 19 de Janeiro e 2 de Março 1985 e *Diário de Notícias* de 24 e 25 de Fevereiro de 1985.

²² *Ibid.* de 3 de Maio de 1986.

do mercado de trabalho, privatização do sector público e incentivos por mérito e assunção de riscos por parte dos empresários. «Democracia sem socialismo» implicava menos feriados públicos, reduções nas regalias e nos investimentos em educação e benefícios sociais selectivos²³.

Esta «chave da mudança e do futuro» foi publicitada junto dos eleitores por cartas pelo correio, propaganda eleitoral e oferta de sementes de girassol nas eleições de 6 de Outubro de 1985, através das listas de candidatos, das quais estavam ausentes nomes históricos do partido, como Basílio Horta e Luís Barbosa. Esta tentativa para ultrapassar o PSD e fazer incursões no eleitorado à sua direita, denunciada por Cavaco Silva como «liberalismo retrógrado»²⁴, teve resultados completamente opostos, porque o PSD captou os votos úteis de anti-socialistas e o PRD o voto «anti-sistema». As negociações para a reconstituição da AD tinham-se gorado antes porque o PSD não oferecera mandatos suficientemente seguros ao CDS. Este, que esperava obter até 18% da votação, desceu para quinto lugar, perdendo cerca de 140 000 votos. Assumindo a responsabilidade pessoal pelo desastre, Lucas Pires pediu imediatamente a demissão.

O PARTIDO DOS POBRES DE ADRIANO MOREIRA

A Lucas Pires sucedeu a eminência-parda do partido e o homem mais sintonizado com as bases, Adriano Moreira, enquanto Freitas do Amaral apresentava a sua candidatura quase bem sucedida para a Presidência da República. Antes do 7.º Congresso (11-13 de Abril de 1986) foram identificadas três tendências. Os adrianistas, formados por alguns deputados, pela JC e pela maior parte dos delegados das delegações provinciais, favoreciam a renovada ênfase de Moreira na democracia cristã (o partido era agora membro de pleno direito do Partido Popular Europeu) e o seu objectivo de fazer do CDS «o partido dos pobres» num «Estado eticamente responsável» empenhado na herança política ocidental. Os freitistas, chefiados pelo membro fundador Morais Leitão e com forte influência no Nordeste, valorizavam a democracia cristã e o centrismo: para eles, o CDS «não é um partido liberal nem conservador». Os piristas, que englobavam o grupo Novo Impulso de Gomes de Pinho, esperavam garantir o equilíbrio e, dessa forma, obter reformas internas radicais. Moreira, defendendo a refundação do partido com base nas doutrinas sociais do papa João Paulo II, derrotou Leitão, o defensor do pragmatismo, por 533 votos contra 451²⁵.

²³ CDS, *Um Programa para Uma Nova Década e Programa de Governo do CDS* (ambos em 1985).

²⁴ *Diário de Notícias* de 26 de Agosto de 1985.

²⁵ *Expresso* de 1 de Março e 19 de Abril de 1986 e *A Capital* de 11 e 14 de Abril de 1986.

Dirigido por um ex-ministro do Estado Novo, o CDS estava quase condenado a permanecer num gueto direitista, visto que o PSD podia ressentir-se da associação com ele. Um dos problemas era o financiamento, especialmente porque a Fundação Portugal Século XXI, de Freitas do Amaral, parecia favorecer um novo CDS capaz de estabelecer uma aliança com o PSD. Finalmente, Lucas Pires apelou ao regresso do fundador, Morais Leitão combateu a direita dentro do partido, outros membros proeminentes, incluindo Luís Barbosa, Sá Machado e Roberto Carneiro, pediram a demissão e fundaram o grupo da Nova Democracia. Em inícios de 1987 Freitas do Amaral classificou-se a si mesmo como um independente que favorecia uma nova AD e que no futuro tanto podia aparecer numa lista do PSD como do CDS, a linha seguida pelo grupo da Nova Democracia²⁶.

Quando o presidente Soares dissolveu a Assembleia da República, o PSD de Cavaco Silva, que tinha formado um governo minoritário, estava bem colocado nas sondagens, uma vez que a prosperidade material aumentou no *boom* de finais dos anos 80, enquanto o PRD perdia ímpeto e direcção e o campo dividido do CDS obtinha só 5-6% nas sondagens. Nas eleições de 19 de Julho de 1987 Freitas do Amaral e os seus adeptos não apareceram nem nas listas do PSD nem do CDS, em parte, porque Moreira, desesperado por chegar a acordo com Cavaco Silva, tinha colocado pré-condições segundo as quais não haveria freitistas nas listas do PSD e o PSD não apelaria ao voto útil. Contudo, o voto útil do centro-direita foi para o PSD de Cavaco Silva, apesar da afirmação de Moreira segundo a qual Judas era «um cidadão que votou útil»²⁷. O resultado foi outro desastre, graças ao qual o CDS ficou reduzido a 4 deputados e teve menos de 5% da votação. No entanto, na eleição simultânea para o Parlamento Europeu, onde não havia necessidade de considerações táticas, a campanha autónoma CDS/PPE Lucas Pires recolheu três vezes e meia mais votos.

A dura realidade era que Cavaco Silva se tinha apropriado dos principais temas do programa neoliberal de que o CDS fora o pioneiro, quando dirigido por Lucas Pires. Adriano Moreira tinha falhado totalmente no seu objectivo de sustentar a tendência descendente do partido e as divisões no campo do CDS aprofundavam-se. Mesmo os aliados mais próximos achavam lamentável a decisão do «cardeal» (a alcunha de Moreira) de não pedir a demissão imediatamente. Morais Leitão, com o IDL por trás, falava em formar um CDS renovado separado, enquanto o líder adrianista da JC, Manuel Monteiro, via como única via de saída um «congresso da reunificação»²⁸.

²⁶ *Ibid.* de 28 de Fevereiro de 1987.

²⁷ *Ibid.* de 4 de Julho de 1987.

²⁸ *Ibid.* de 25 de Julho e 8 de Agosto de 1987.

O REGRESSO DO FUNDADOR

O regresso de Freitas do Amaral era a única esperança para a sobrevivência do CDS e ele fez saber que estava disposto a fazer-lhe a vontade, embora isto significasse abandonar a sua fundação e procurar libertar-se do seu compromisso com Cavaco Silva segundo o qual só regressaria à política partidária depois do pleito presidencial de 1991. A via para o seu regresso foi aplainada bastante lentamente por Moreira, que ainda suscitava as lealdades de militantes nortenhos da província, pouco incomodados com a imagem «pré-25 de Abril» que este dava ao partido. Para evitar confrontos, Freitas do Amaral tinha de obter por vezes a bênção de Moreira quando reunia com quadros provinciais, enquanto a reinserção de freitistas em postos do partido se revelava de difícil execução. Até ao fim, os adrianistas confiaram numa liderança dual, mas no 8.º Congresso (30 de Janeiro de 1988) Moreira, de 64 anos, pediu a demissão; o fundador, de 46 anos, regressou e os cargos do partido foram partilhados entre todas as facções²⁹.

Como Basílio Horta tinha observado antes, a estratégia mais viável para a sobrevivência era fazer do CDS o *pivot* da política portuguesa, como o FDP na Alemanha, na eventualidade de nem o PSD nem o PS conseguirem maioria absoluta nas eleições legislativas seguintes. Nas eleições de 1989 para o Parlamento Europeu, o CDS/PPE, que conduziu a campanha sob a direcção de Lucas Pires e semiautonomamente do partido, obteve mais do dobro dos votos, numa votação tão baixa como a do CDS nas eleições legislativas de 1987, reforçando a suspeita de que os eleitores naturais do CDS estavam a afastar-se taticamente dele em favor de uma melhor aposta anti-socialista nas eleições legislativas.

Deste ponto em diante, a facção pirista dentro do partido dissolveu-se quando foram debatidas as ideias de se federar com o PSD ou, simplesmente, aderir a ele. (Em 1994 Lucas Pires apareceu nas listas do PSD.) Outras ex-luminárias, especialmente os dirigentes autárquicos, entre os quais, nomeadamente, o ex-secretário-geral Vieira de Carvalho, pegaram o touro pelos cornos e foram para o partido do governo para melhor conservarem a sua influência no «Estado laranja». Nas eleições locais de Dezembro de 1989 o CDS obteve 20 presidências municipais, menos sete do que em 1985, mas mais cinco do que a previsão pessimista de Freitas do Amaral.

O mal-estar do declínio continuou quando Cavaco Silva, com uma maioria absoluta e um estilo de liderança do agrado dos conservadores portugueses, implementou um programa neoliberal e apoiou o canal de TV da Igreja. Visto que não havia qualquer espaço à direita, a aposta tinha de ser no «centrismo». No entanto, esta estratégia nunca foi devidamente compreendi-

²⁹ *Ibid.* de 10 de Outubro de 1987 e de 6 de Fevereiro de 1988.

da pelas bases, mais à vontade com o direito, e foi activamente rechaçada pelos elementos mais novos, chefiados por Manuel Monteiro, líder da JC (até 1990). Freitas do Amaral dizia que o CDS «não é um partido de direita» e apoiava inteiramente a integração política europeia. Monteiro, surgindo sob a protecção de Moreira, via-o como a «direita democrática moderna», opondo-se a uma maior integração europeia.

No 9.º Congresso (16-18 de Março de 1990), com Lucas Pires e Adriano Moreira a distanciarem-se das confrontações, Freitas do Amaral, que tinha exigido um apoio de dois terços para continuar, ganhou 66,3% dos votos dos delegados, enquanto Monteiro obteve 31,4%. Considerando estes resultados suficientes, Freitas do Amaral, na altura já reconciliado com Basílio Horta, colocou em posições-chave os históricos que lhe eram leais. No entanto, a sua lista para o Conselho Nacional foi derrotada por uma outra formada por Monteiro e pelo ex-presidente da Câmara Municipal de Lisboa Kruz Abecassis³⁰. O CDS era um partido dividido, a dever as rendas das sedes ao Patriarcado e quotas ao Partido Popular Europeu.

Durante as eleições presidenciais de 1991 foram visíveis as divisões, quando Freitas do Amaral aprovou a candidatura de Basílio Horta, ao contrário dos seus oponentes no 9.º Congresso, enquanto Sá Machado era a favor de Soares. Embora Horta começasse a sua campanha como candidato do centro-direita, depressa se revelou como um combativo homem de direita³¹. Soares ganhou em Janeiro de 1991 com o apoio do PSD, relegando Horta, como concorrente «da nova AD», para 2.º lugar, com 14,2% da votação (três vezes e meia a votação do CDS nas últimas eleições legislativas). Enquanto se calculava que um quinto do eleitorado do PSD votara em Horta, um terço dos votos do CDS reverteu para o estilo monárquico de Soares³².

Na campanha para as eleições legislativas de 6 de Outubro de 1991, Freitas do Amaral atacara o estilo autoritário de Cavaco Silva e a dominação do PSD. Colocara o CDS no centro, entre o PSD e o PS, mas agora Horta e muitos dos membros do partido desaprovavam esta equidistância e alguns abandonaram a militância. A tática falhou porque o CDS não conseguiu ganhar apoios e o PSD obteve de novo a maioria absoluta. Freitas do Amaral pediu imediatamente a demissão, deixando a liderança nas mãos do veterano Narana Coissoró, do grupo parlamentar.

DO CDS AO PP, 1991-1995

O CDS tornara-se, nas palavras de Basílio Horta, «um grupo de amigos que se odeiam cordialmente»³³. Lucas Pires pediu a demissão em Novembro de

³⁰ *Ibid.* de 3 e 24 de Março de 1990.

³¹ *Ibid.* de 27 de Outubro e 22 de Dezembro de 1990.

³² *Ibid.* de 22 de Dezembro de 1990.

³³ *Ibid.* de 19 de Outubro de 1991.

1991, falando de realinhamento com o PSD, enquanto Moreira, como presidente do partido, funcionaria como guardião neutral até ao 10.º Congresso (20-22 de Março de 1992). Foi aí que Manuel Monteiro, de 29 anos, ex-líder da JC, apoiado por Paulo Portas, do semanário *O Independente*, foi eleito líder. Defendera a «ruptura democrática» com o passado do CDS e um novo começo como um partido moderno, populista, de direita, adepto do capitalismo liberal e oposto ao «federalismo» do Tratado da União Europeia acordado em Maastricht em Dezembro de 1991. Dos fundadores do partido, só Basílio Horta e Paulo Lowndes Marques ocupavam ainda cargos partidários³⁴.

Internacionalmente, o CDS teve de procurar uma nova identidade. Foi suspenso do Partido Popular Europeu, federalista, em Abril de 1992, oficialmente por dívidas, mas mais provavelmente porque Monteiro adoptou uma linha anti-Maastricht e exigiu um referendo nacional sobre o tratado. Os seus eurodeputados, no entanto, estavam à esquerda do CDS e continuaram no PPE a título individual. Um referendo interno revelou que 6738 membros do CDS votavam contra o tratado e 603 a favor, mas 6815 votavam a favor da Europa e 506 contra³⁵. Visto que o ex-resultado era vinculativo para o Grupo Parlamentar do CDS, houve ainda mais dissensões, visto que só Moreira e Horta se opunham ao tratado. O Konrad-Adenauer-Stiftung pôs termo ao seu subsídio ao IDL no fim de 1992, sinal de que estava desiludido com o CDS, cujo ex-líder Freitas do Amaral acusou o partido de estar a aproximar-se cada vez mais do lepenismo³⁶, pediu a demissão do partido que fundara em 9 de Novembro de 1992. Visto que não houve nenhuma retratação da parte da nova liderança, o CDS foi expulso do PPE em Março de 1993 e subsequentemente aderiu à Aliança Europeia de Democratas (RDE, englobando principalmente os gaullistas franceses e o irlandês Fianna Fáil).

Na política interna, Monteiro, votado «personalidade do ano de 1992», empenhou-se em salientar que o CDS era «um partido de direita sem equívocos nem complexos; uma direita democrática, popular e nacional [...] com apetência para a livre iniciativa»³⁷. No 11.º Congresso (23-25 de Janeiro de 1993) o nome foi modificado para CDS-Partido Popular, para significar a «inquebrantável determinação» de Monteiro a favor da mudança: a mudança de gerações e a mudança de vontades. Foi aprovado um novo programa para o partido, «um programa de valores», não um programa de governo, que, apesar do brilho com que foi apresentado, constituía mais um compromisso com o passado do que uma clara ruptura com ele. O CDS-PP era ainda definido como democrata-cristão, humanista e personalista, procurando ocupar um espaço político do centro para a direita. O programa procurava redu-

³⁴ *Ibid.* de 8 de Fevereiro e 20 de Março de 1992.

³⁵ *Ibid.* de 14 de Novembro de 1992.

³⁶ *Ibid.* de 7 de Novembro de 1992.

³⁷ Entrevista no *Expresso* de 10 de Janeiro de 1993.

zir a esfera, âmbito e dimensões de actividade do Estado em favor da iniciativa privada, do livre arbítrio e da família. O «Estado útil» que restasse seria passível de ser investigado, não procederia à regionalização no continente e estaria sujeito a controle por parte do povo, soberano, através de referendos e da reforma do sistema eleitoral e constitucional. Como «partido da terra e dos agricultores», o CDS-PP era «naturalmente ecológico».

Internacionalmente, estava empenhado na defesa de Portugal como um estado soberano dentro de uma Comunidade Europeia baseada na diversidade e «respeito pela vontade das nações», enquanto defendia ao mesmo tempo o «atlantismo» e a criação de uma comunidade lusíada complementar com o Brasil e as outras ex-colónias³⁸.

Este tema da «nova ordem do Atlântico», baseada em Portugal, América do Norte, Grã-Bretanha e ex-colónias, foi assumido por Moreira³⁹, enquanto Monteiro conseguia projectar-se nas sondagens como o mais popular dos líderes partidários, um êxito que não se espelhou, no entanto, na intenção popular do voto em relação ao seu partido. Em 1993 conduziu campanhas populistas com uma mensagem anti-Bruxelas para consolidar o apoio de agricultores e pescadores descontentes e lançou uma espécie de ataque de classe ao «laranjismo cavaquista, abrigo dos novos-ricos e dos oportunistas»⁴⁰. Os rumores segundo os quais a JC estaria infiltrada por elementos de movimentos marginais da direita declinante, como a NM/FN (Nova Monarquia/Força Nova)⁴¹, podiam também ser interpretados como sinal de que o «novo» partido preenchia o velho papel do CDS de absorver elementos mais extremistas, mantendo-os dentro de parâmetros democráticos.

O teste real do novo curso de Monteiro seria eleitoral. As eleições autárquicas de Dezembro de 1993 não foram muito auspiciosas: a votação do partido descera dois pontos percentuais desde 1989 e perdera mais sete presidências de câmaras municipais. Este revés veio desmentir a propaganda da direcção segundo a qual o CDS-PP era um novo partido, enunciada pela sua principal figura nas autarquias, Girão Pereira, de Aveiro, assim como por Basílio Horta, que apresentou o tradicional pedido, face às circunstâncias, para uma mudança de líderes⁴². O resultado foi o de que no seu 12.º Congresso (18-20 de Fevereiro de 1994) a lista de Monteiro para os cargos do partido incluiu generosamente Morais Leitão, Baião Horta, Lobo Xavier e outros ex-freitistas e ex-piristas⁴³.

³⁸ CDS-Partido Popular, programa aprovado no XI Congresso (extraordinário), Janeiro de 1993.

³⁹ *Expresso* de 5 de Junho de 1993.

⁴⁰ *Ibid.* de 6 de Novembro de 1993.

⁴¹ *Ibid.* de 16 de Outubro de 1993.

⁴² *Ibid.* de 18 de Dezembro de 1993.

⁴³ *Ibid.* de 19 de Fevereiro de 1994.

Nas eleições do Parlamento Europeu de Junho de 1994, o partido fez campanha sob o *slogan* «Viva Portugal», embora negasse que queria o abandono da União Europeia. O namoro de Monteiro ao voto eurocético favoreceu uma certa ambiguidade e até mesmo a rejeição do federalismo entre dirigentes do PSD, outro sinal de que o PSD modificaria, provavelmente, a sua política e propaganda sempre que a sua direita estivesse exposta. O CDS-PP conservou os três mandatos, embora tenha perdido pontos percentuais.

Monteiro, que estava no CDS desde 1981, foi procurando, até por uma questão de necessidade, transformar o ex-CDS num partido populista e interclassista, enquanto a velha base rural se dissolvia literalmente. A linha resultante tornou-se, nas palavras de um dos seus deputados, Nogueira de Brito (último secretário de Estado de Caetano para a Habitação), uma mistura de poujadismo e conservadorismo⁴⁴. Monteiro usava *slogans* com ressonâncias passadistas, tais como «Pátria, moral e trabalho», ao mesmo tempo que atacava demagogicamente outros políticos, entre os quais, por vezes, se incluía o Grupo Parlamentar do CDS, de que não era membro. Num esforço desesperado para renovar o CDS com o mito do novo partido, tentava conciliar o velho e o novo partido. «O CDS e o PP», observou o líder parlamentar, «são duas maneiras de fazer política, nem sempre coincidentes e por vezes divergentes⁴⁵.»

No 13.º Congresso (10-12 de Fevereiro de 1995), supostamente o último do CDS e o primeiro do Partido Popular, o partido conservou a sigla oficial CDS-PP nos papéis de voto, mas, para outros efeitos, preferiu a sigla PP. Adriano Moreira, mentor político de Monteiro, retirou-se, finalmente, de cena, enquanto certas velhas luminárias do CDS (Luís Barbosa e Sá Machado entre elas) fundavam a Associação Humanista Personalista fora do partido e se deslocavam na direcção do PS de Guterres.

Dentro do (CDS)PP, no entanto, não havia qualquer unidade monolítica. Um dos vice-presidentes do partido, Lobo Xavier, embora da mesma geração de Monteiro, era um centrista confesso, revelando disponibilidade para se aliar com o PS. Os que se mantinham leais a Monteiro queixavam-se de que as listas para as eleições de Outubro de 1995 incluíam candidatos de estilo antigo, demonstrando que a revolução de Monteiro estava incompleta⁴⁶. Embora o dinâmico e jovem líder aparecesse com frequência à cabeça das sondagens, e embora a escolha do PSD de Fernando Nogueira para líder enfraquecesse o seu flanco direito em favor do CDS-PP, este último obteve só 9,1% da votação de Outubro de 1995. No entanto, esta subida para o terceiro lugar foi, pelo menos a curto prazo, suficientemente impressionante para segurar a posição de Monteiro como líder.

⁴⁴ *Ibid.* de 7 de Janeiro de 1995.

⁴⁵ Narana Coissoró, in *Expresso* de 29 de Outubro de 1994.

⁴⁶ *Expresso* de 26 de Agosto e 2 de Setembro de 1995.

CONCLUSÕES

O CDS é um partido bastante estranho, visto tudo indicar que a sua fundação por Diogo Freitas do Amaral surgiu como resultado de pressão de elementos estranhos, elementos das forças armadas. Como grupo liberal-conservador-cristão-democrata capaz de proporcionar refúgio e canalizar as energias de pessoas associadas à vida política e social antes do 25 de Abril de 1974, o momento do seu lançamento foi infeliz, visto que o PPD teve dez semanas de avanço para a incorporação desses elementos. A sua sobrevivência foi ajudada em 1975 pela acção do MFA contra rivais direitistas no espaço político à direita do PPD e pelas suas ligações internacionais com a democracia cristã europeia e o conservadorismo. A sua distanciação da descolonização e do processo revolucionário, assim como a sua oposição à Constituição socialista, ajudaram-no a colocar-se temporariamente em terceiro lugar nas eleições de 1976. Depois, contudo, apesar da curta experiência de governo em 1978, a iniciativa no centro-direita passou para o decidido e carismático Sá Carneiro, que deslocou o seu partido para a direita para bloquear a expansão do CDS. Este teve algum sucesso ao resistir aos incitamentos para se juntar ao MIRN, por conseguir incorporar, e portanto absorver num quadro democrático, elementos direitistas descontentes por estarem no beco sem saída do extremismo.

Em 1979 o partido entrou para a AD, mas em posição secundária, tendo de ceder a maioria dos lugares nas listas da coligação ao PSD de Sá Carneiro, que também contribuiu para aumentar a desvantagem do CDS ao incluir o PPM, de forma a constituir uma coligação tripartida. Embora houvesse quem nesta altura advogasse a fusão do PSD e do CDS (ironicamente no modelo da malfadada União do Centro Democrático espanhol), as dificuldades em satisfazer a todos num só partido eram demasiadas e, em todo o caso, os dirigentes do CDS acharam que podiam beneficiar significativamente da experiência da AD depois da morte de Sá Carneiro. O que aconteceu, contudo, foi que o CDS saiu-se mal dos combates e polémicas de 1981-1983, enquanto o abandono de Freitas do Amaral foi um golpe para a coesão, que se revelou difícil de remediar.

O declínio do CDS depois de 1983 teve muito a ver com as qualidades do PSD nos anos 80. Ao passar a ter um líder (Mota Pinto) não conotado com a experiência da AD, foi capaz de sustentar o desastre eleitoral em 1983. A mudança para uma liderança mais agressivamente neoliberal em 1985 pôs termo às hipóteses do CDS de tirar proveito da impopularidade das decisões tomadas pelo PSD como parte do «bloco central» com o PS. Embora o novo PRD obtivesse a maior parte do seu apoio do centro-esquerda, funcionou, contudo, como um pólo de atracção para outros eleitores descontentes não comunistas, uma desvantagem pelo menos marginal para o CDS.

Quando o PRD provocou ineptamente uma crise em 1987, o presidente Soares não hesitou em dissolver a Assembleia da República, em parte, porque o PS beneficiaria, como veio a verificar-se, da desilusão com o PRD. A dissolução foi também favorável ao PSD, visto que o seu rival à direita estava isolado e num período mau. O estilo de liderança forte projectado por Cavaco Silva apelaria aos direitistas, resultando na marginalização do CDS. Enquanto Cavaco Silva tivesse maioria absoluta, como teve de novo em 1991, não havia qualquer possibilidade de o CDS exercer influência como partido de direita ou do centro. O *boom* económico pós-1985 funcionou a favor do partido no poder, o PSD, enquanto a longevidade do partido no governo (desde 1979) atraía muitos dos mais novos talentos políticos, assim como os dirigentes autárquicos, ansiosos por conservarem a sua influência nas câmaras. Se nada conseguiu deter o sucesso do PSD, nada conteve o fracasso do cada vez mais reduzido CDS.

Nos anos 80 assistimos a experiências na liderança neoliberal e direitista do CDS. Mas, em termos de linha política, os seus dirigentes só podiam tentar emular o PSD, cuja natural evolução o conduzia a adoptar políticas semelhantes, fazendo assim com que o CDS surgisse como um pioneiro redundante à direita. O regresso de Freitas do Amaral em 1988 deu origem a uma modesta recuperação nos destinos do partido, mas o fosso cada vez maior entre o seu centrismo e o direitismo dos activistas do partido invalidou-a. A experiência de Monteiro em termos de populismo direitista pode ser vista como uma forma de consolidar o apoio dos conservadores, embora também projectasse uma nova imagem para a nova geração de eleitores. No entanto, o voto útil no centro-direita nas eleições legislativas, possivelmente, beneficiou ainda o PSD, estabilizado e mais credível, provocando uma erosão na votação «natural» do CDS de talvez 12-15%. A popularidade pessoal do jovem líder não foi suficiente para fazer subir significativamente a posição do seu partido nas sondagens.